

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telef 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montês

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O futuro Congresso

Merecem a atenção dos dois candidatos líderes nas pesquisas para a Presidência da República, especialmente o senador Fernando Henrique Cardoso, que tem hoje as maiores chances de ocupar o lugar do presidente Itamar Franco, os dados da sondagem sobre a intenção de votos para o Legislativo realizada pelo Instituto Vox Populi e divulgada no final de semana: faltando pouco mais de um mês para as eleições, 73% dos eleitores brasileiros ainda não sabem em quem irão votar para a Câmara dos Deputados, 5% pretendem deixar a cédula em branco ou anular o voto, e apenas 21% já escolheram candidato.

Essa situação tende a beneficiar as velhas oligarquias políticas, os candidatos ligados às estruturas partidárias e às máquinas administrativas federal, estaduais e municipais. Desse modo, a tão esperada renovação da Câmara e do Senado — calcula-se que entre 60% e 70% dos atuais deputados e dos atuais senadores que estão colocando seu mandato em jogo não retornarão à Brasília no próximo ano — deverá ser muito mais de nomes do que de qualidade. Aliás, foi o que aconteceu nas duas últimas eleições para o Congresso: embora a “renovação” tanto em 1986 quanto em 1990 tenha sido superior a 50%, essas duas legislaturas foram ainda mais desastrosas que as anteriores.

Essa situação é altamente preocupante porque, tanto — ou mais até —, do que das ações do próximo presidente da República, o futuro do programa de estabilização econômica, ou seja, a derrocada definitiva da inflação, e a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira vão depender do que fizer — ou deixar de fazer — o novo Congresso Nacional. O governo nunca escondeu, seja pelo ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, seja pelo ministro Rubens Ricupero, que a troca de moedas não é a última etapa do Plano Real, que precisa de complementos para se consolidar. E esses complementos vão depender do Congresso.

Ninguém ignora que o equilíbrio das contas públicas agora, que permitiu a derrubada da inflação a partir de 1º de julho, é extremamente precário. Há indícios de que a meta de déficit zero este ano poderá não ser alcançada. E o Orçamento do próximo ano, que deverá ser encaminhado ao Congresso até amanhã, foi fechado com a ajuda de algumas mágicas: não há previsão para pagar a segunda etapa da isonomia salarial dos servidores da administração direta, recursos da venda de estoques de café e de vendas de estatais serão contabilizados para pagar despesas correntes, e foram incluídos como receitas créditos da Cofins depositados em juízo e com liberação ainda não confirmada. Não fosse isso e o Orçamento de 1995 teria um rombo de R\$ 10 bilhões. Mesmo com todo esse esforço de ajuste, o futuro presidente só poderá manejar, para executar as políticas públicas que está prometendo, R\$ 4 bilhões dos R\$ 102 bilhões que compõem o Orçamento. O resto está comprometido com despesas que não podem ser alteradas, como pagamento de pessoal e juros da dívida e com as vinculações constitucionais obrigatórias.

Se não tivermos uma revisão constitucional que desamarre esta camisa-de-força, que reforme o sistema tributário, que permita um enxugamento da máquina administrativa e uma diminuição drástica do tamanho do Estado, que abra mais espaços para o capital estrangeiro e que elimine os monopólios estatais, o próximo governo, qual quer que seja o seu comandante, não fará outra coisa que não seja correr para segurar os lombos no caixa do Tesouro. E dificilmente segurar a inflação nos níveis baixos em que ela está no momento.

Portanto, não basta votar num candidato à Presidência. É preciso, também, escolher um Congresso responsável, comprometido com essas mudanças, com os mesmos propósitos e a mesma linha de conduta do presidente.